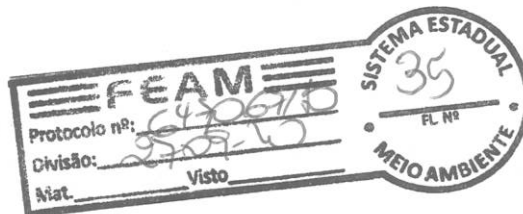




**COLETA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM)**



Ref.: Julgamento de Auto de Infração
Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 786/2005/002/2005

REC

DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S/A, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 17.159.518/0001-75, com Inscrição Estadual nº 186.001.582-0028, estabelecida em Contagem/MG, na Praça Louis Ensck, nº 160, bairro Cidade Industrial, CEP: 32.210-050 (em anexo, o comprovante de inscrição no Ministério da Fazenda); neste ato representada por seu Presidente, o Sr. Domingos Costa, portador do CPF nº 251.693.786-53 e da Carteira de Identidade nº M-3.183.567 SSPMG (estatuto social com a última alteração colacionado); vem, respeitosa e tempestivamente¹, à presença desta Egrégia Câmara Julgadora, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

e o faz com supedâneo no Decreto nº 39.424/98, bem como nos seguintes fundamentos fáticos e jurídicos:

¹ Em virtude da entrega da correspondência ter ocorrido no dia 26/08/2010 (5ª feira), o prazo recursal teve seu termo inicial em 27/08/10 (6ª feira), vindo a expirar no dia 15/09/10 (4ª feira), consoante disposição do parágrafo único do art.34, do Decreto nº 39.424/98. Portanto, é tempestivo o presente recurso.



1. SÍNTESE DO PROCESSADO.

Em 12/01/2005, as instalações da empresa recorrente foram vistoriadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), dando origem ao relatório de vistoria nº 9562/2005.

Em que pese os detalhados esclarecimentos prestados pelo representante do empreendimento, que acompanhou a vistoria, bem como as licenças de instalação e testes concedidas à recorrente (documentos anexados), a técnica da FEAM, *data maxima venia*, equivocada, entendeu pela ocorrência de **duas irregularidades**, tal como descrito no auto de infração, carreado à fl.8 do processo administrativo. Seriam as infrações:

1ª) *"Operar os silos para armazenagem de trigo, atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem licença de operação emitida pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, NÃO SENDO CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE POLUIÇÃO AMBIENTAL;"* (grifos da recorrente)

2ª) *"INICIAR A TERRAPLANAGEM na área que será construída a nova unidade de misturas, atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem licença prévia e de instalação, emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM, ou seus órgãos seccionais de apoio, sendo constatada, portanto, a existência de degradação ambiental."* (grifos)

Apresentada defesa tempestiva pela recorrente, a FEAM julgou pela improcedência da mesma e proferiu decisão, determinando a imposição de duas penalidades de multa, quais sejam:

"(...) multa simples, no valor de R\$ 11.706,16 (onze mil setecentos e seis reais e dezesseis centavos) referente à infração capitulada no artigo 19, §2º, item I, do Decreto 39.424/98;

"(...) multa simples, no valor de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais) referente à infração capitulada no artigo 19, §3º, item I, do Decreto 39.424/98, conforme parecer jurídico."

O ofício nº 1178/2010 NAI/DMFA/FEAM foi recebido pela recorrente em 26/08/10, juntamente com o Documento de Arrecadação Estadual (DAE), com data de vencimento em



21/09/10, para o pagamento do total de R\$ 61.663,96 (sessenta e um mil seiscientos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos).

Irresignada, e ciente da sabedoria desta Ínclita Câmara Julgadora, a recorrente recolheu o valor total da multa aplicada, conforme art.37, do Decreto nº 39.424/98 (*vide* cópia autenticada do comprovante, em anexo) – para posterior restituição, em caso de provimento da peça recursal –, e passa a expor as razões pelas quais clama a integral reforma da decisão, com o cancelamento das multas. Vejamos:

2. REALIDADE FÁTICA E FUNDAMENTOS JURÍDICOS: CONCESSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DOS SILOS – INEXISTÊNCIA DE TERRAPLANAGEM.

Inicialmente, cumpre asseverar que a recorrente é uma empresa fundada em 1925, que sempre primou pela rigorosa observância às normas de proteção ao meio ambiente, comportamento consciente que ensejou, inclusive, as diversas licenças de instalação e operação, obtidas ao longo de décadas de atividade.

Dessarte, **no que tange à acusada operação de silos para armazenagem de trigo sem licença**, em 1998, a recorrente, pautada em princípios de responsabilidade e consciência ecológica, foi informada de que o processo de licenciamento ambiental caberia à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Contagem, consoante norma técnica da FEAM, haja vista o enquadramento da empresa na Classe III.

Daí porque, em 12/10/02, a recorrente solicitou orientações básicas na Secretaria Municipal, almejando Licença de Instalação (LI), atenta às recomendações da FEAM, e tomou conhecimento de que a instituição responsável pelo licenciamento, mediante convênio, seria a referida secretaria, da qual originou o FOB 00451.2000.

A licença foi concedida pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem (COMAC), em 14/03/01, através do Certificado nº 38.



Todavia, perante alterações do convênio decorrentes da classificação do porte do empreendimento (Classe III), a competência para apreciar e julgar o processo de licenciamento solicitado retornou para a FEAM, sem qualquer comunicado à recorrente.

Aos 30/06/04, a empresa recorrente requereu, à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Contagem, orientações para obtenção de Licença de Instalação (LI) para silagem de trigo, por recomendação da FEAM. A fundação, então, informou que o órgão responsável pelo licenciamento, por meio de convênio, seria aquela secretaria, dando origem ao FOB 00654-2004, de 21/07/04.

O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CONTAGEM (COMAC), EM 27/10/04, CONCEDEU AD REFERENDUM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI) E TESTE, COMO SE VÊ NO CERTIFICADO Nº 95, ora colacionado aos autos, para unidade de silagem de trigo, localizada na Praça Louis Ensck, nº 97, bairro Cidade Industrial, em consonância com o PA 2188/02/04.

Notadamente, **A RECORRENTE JÁ HAVIA OBTIDO A LICENÇA DE INSTALAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR À VISTORIA OCORRIDA EM 12/01/05, OU SEJA, EM 27/10/04!**

E, posteriormente, a recorrente teve seu **FUNCIONAMENTO AUTORIZADO PELO COPAM** "(...) para a(s) atividade(s) armazenagem de grãos ou sementes não associada a outras atividades listadas, enquadradas na DN74/2004 sob o(s) código(s) G-04-03-0; localizado na Pça. Louis Ensck, 97, Cidade Industrial, no Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, conforme processo administrativo nº 05340/2005/001/2005, em conformidade com normas ambientais vigentes". É o que se depreende da **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO Nº 01758/2005**, também anexada nesta oportunidade.

Logo, *concessa venia*, **NÃO HÁ SE FALAR EM INCIDÊNCIA DA MULTA** prevista no item 1, do §2º, do art.19 do Decreto nº 39.424/98, porquanto a empresa recorrente **NÃO INSTALOU, CONSTRUIU, TESTOU OU AMPLIOU** "(...) atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente **SEM LICENÇA DE INSTALAÇÃO**".



Noutro giro, com relação à segunda irregularidade que a técnica do FEAM teria constatado durante a vistoria do dia 12/01/05 e lavrado no auto de infração, é extremamente relevante elucidar que **JAMAIS REALIZOU-SE UMA TERRAPLANAGEM NO TERRENO DA RECORRENTE!**

É que, para as obras necessárias à silagem do trigo foi crucial que a recorrente providenciasse movimentações no terreno. Assim, a terra depositada no local onde seriam instalados os silos foi retirada dali e depositada na região onde seria construída a fábrica de misturas da empresa. **INEXISTIA QUALQUER EXPECTATIVA DE SE PROCEDER A UMA TERRAPLANAGEM DA ÁREA E ESTE PROCEDIMENTO NÃO FOI ADOTADO.**

As alegações ora firmadas podem ser cabalmente comprovadas pelas fotos de época do terreno, além da cópia do projeto da fábrica de misturas, documentos anexados que não deixam dúvidas. Note-se que o projeto não prevê terraplanagem, pois, na realidade, a recorrente não se utilizou deste procedimento.

Consequentemente, é igualmente infundada a sanção aplicada à recorrente, insculpida no item 1, do §3º, do art.19 do Decreto nº 39.424/98. A recorrente **NÃO** DEU **INÍCIO OU PROSSEGUIU "(...) atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem licença de operação"**, tal como descrito na norma de direito ambiental, principalmente porque tal atividade nunca existiu...

Por derradeiro, é justo e sensato o **CANCELAMENTO DE AMBAS AS MULTAS** equivocadamente fixadas e a **RESTITUIÇÃO DO VALOR** desembolsado pela recorrente, correspondente àquelas penalidades.

3. DOS PEDIDOS.

Por todo o exposto, a recorrente, com escoro em provas robustas e colacionando aos autos cópia autenticada do comprovante de pagamento da multa combatida, em consonância com o disposto no art.35, do Decreto nº 39.424/98; **REQUER** seja dado



PROVIMENTO ao presente recurso administrativo, em todos os seus termos, **cancelando as duas multas** aplicadas e determinando a **restituição da integralidade do valor pago**, correspondente a R\$ 61.663,96 (sessenta e um mil seiscentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos), conforme art.37, do mesmo Diploma Legal, ante a flagrante inocorrência de irregularidades e a ausência de guarida, pelas normas de Direito Ambiental, às sanções aplicadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Contagem, 15 de setembro de 2010.

Domingos Costa Indústrias Alimentícias S/A.

